

## EVASÃO ESCOLAR E JORNADA REMOTA NA PANDEMIA

*Marcelo Neri\**

*Manuel Camillo Osorio\*\**

**Resumo:** Propomos um indicador síntese que marca como um relógio as horas dedicadas por cada estudante potencial ao aprendizado à distância. Este indicador integra a questão discreta de estar ou não matriculado, com a marcação dos dias e das horas de fato empenhados no ensino remoto. O tempo para escola médio para o grupo de 6 a 15 anos em setembro de 2020 calculado a partir dos microdados da PNAD Covid foi de 2 horas e 22 minutos por dia útil, 40,9% inferior ao mínimo da Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDBE) de 4 horas/dia, baixo para padrões internacionais. Os alunos mais pobres, os da rede pública, aqueles em lugares mais remotos e em particular os mais novos foram os que mais perderam tempo para escola na pandemia. A falta de atividades escolares percebidas pelos estudantes é mais relacionada à inexistência de oferta por parte das redes escolares do que a problemas de demanda dos próprios alunos. Enquanto 12% dos estudantes de 6 a 15 anos não receberam materiais dos gestores educacionais e professores, apenas 2,7% não utilizaram os materiais que receberam por alguma razão pessoal. A falta de oferta de atividade escolar se dá por falta de envio de material por parte da rede de ensino, indo de 38,9% dos estudantes no Pará a 2,09% e 2,76% no Paraná e de Santa Catarina, respectivamente. Há um agravamento nas desigualdades regionais de educação no Brasil durante a pandemia, além de uma inversão da tendência ao crescimento e a equidade na acumulação de capital humano.

**Palavras-chave:** Jornada escolar; evasão escolar; educação; pandemia.

### SCHOOL TIME DURING THE PANDEMIC

**Abstract:** We propose a simple indicator that marks as a clock the hours dedicated by each potential student to distance learning. This indicator considers the issue of being enrolled or not, in addition to counting the days and hours in fact used in remote education. To estimate this indicator, we used the educational data collected by the PNAD COVID/IBGE. The indicator of time for studies recorded for the group aged 6 to 15 years old in September 2020 was 2 hours and 22 minutes per working day, 40.9% lower than the minimum granted by federal Law of 4 hours/day (Basic Education Guidelines Act) and below international standards. The poorest students, those enrolled in public schools, who live far from school and the youngest students were the ones who have lost relatively more time for studies during the pandemic. The lack of school activities perceived by students is more related to the inexistence of educational activities offered by the government and teachers than to the students' own demand for them. While 12% of students aged 6 to 15 did not receive distance learning materials and only 2.7% did not use them for any other personal reasons. Most students did not perform school tasks due to supply problems (they did not receive school tasks from the government or schools), going from 38.9% of the students in Pará to 2.09% and 2.76% in Paraná and Santa

---

\* FGV Social e FGV EPGE. Endereço para correspondência: FGV Social - Praia de Botafogo 290 sala 1501, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ Brasil, Cep 2250-900, mcneri@fgv.br.

\*\* FGV Social. Endereço para correspondência: FGV Social - Praia de Botafogo 290 sala 1501, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ Brasil, Cep 2250-900, manuel.osorio@fgv.br.

Catarina, respectivamente. In short, the results suggest an increase in regional inequalities in Brazil during the pandemic, in addition to a loss in human capital accumulation and equality, with negative effects for the country in the long run.

**Keywords:** School journey; school dropouts; education; pandemics.

## INTRODUÇÃO

Qual é o tempo total dedicado ao estudo durante a pandemia? Como variaram a matrícula e a jornada escolar em casa por faixa etária? E por estrato de renda? O tempo de estudo foi mais afetado pela falta de oferta de materiais remotos ou pela falta de interesse dos estudantes? Como variam todas as respostas acima por redes estaduais de ensino, ou por redes municipais das capitais? O objetivo central dessa pesquisa é municiar os gestores de políticas educacionais e os demais atores envolvidos na educação (professores, pais e alunos) respondendo a estas perguntas com informações a respeito do tempo total dedicado em casa para a escola durante a crise da Covid-19, seus determinantes próximos e a natureza dos problemas percebidos, se de oferta ou de demanda. O plano do trabalho é o seguinte: iniciamos com uma breve descrição do contexto, das bases de dados e da metodologia proposta. Depois abrimos os principais resultados por grupos etários, estratos de renda, fatores socio demográficos, redes de ensino e unidades geográficas, o que nos permite melhor direcionar as prescrições de políticas públicas. Incorporamos comparações temporais entre faixas etárias de tempo de escola com o suplemento da PNAD de 2006 e de evasão escolar, complemento da taxa de matrícula, com a PNADC trimestral. Ao fim, apresentamos a visão dos professores sobre o ensino remoto na pandemia, os principais elementos do debate sobre a volta às aulas e as principais conclusões do estudo.

### 1. CONTEXTO

Segundo o portal *Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19*, na segunda semana de novembro o Brasil já havia gasto em torno de R\$ 470 bilhões para combater a pandemia, o que corresponde a 80,75% do total previsto de R\$ 582 bilhões. Somente o Auxílio Emergencial (AE) consumiu R\$ 257 bilhões, sendo a principal cifra entre todas as medidas implementadas<sup>1</sup>. O papel fundamental do AE para mitigar os impactos da pandemia sobre a renda das famílias mais vulneráveis está cada

---

<sup>1</sup> Veja mais em <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>.

vez mais presente na literatura especializada. Entretanto, pouco se fala sobre o que foi feito em termos de política educacional durante a pandemia e qual o panorama da educação brasileira passados sete meses do fechamento das escolas país afora.

O fato de que o Ministério da Educação (MEC) até aquele momento só havia gasto R\$ 798 milhões no combate à pandemia, enquanto o Ministério da Saúde, por exemplo, gastou R\$ 35 bilhões e o Ministério da Economia gastou R\$168,5 bilhões, já revela que a educação não foi vista como uma área prioritária pelo Governo Federal nesse momento de pandemia. Uma das primeiras medidas do MEC frente ao avanço do novo coronavírus foi a criação do Comitê Operativo de Emergência (COE) em 11 de março, responsável por definir as principais diretrizes para o ensino do país durante a pandemia (Portaria nº 329). Medidas de apoio financeiro vieram em seguida, com boa parte delas geradas a partir da realocação do orçamento do próprio MEC<sup>2</sup>. Além disso, não houve um esforço de difusão de metodologias e ações locais e internacionais bem-sucedidas de ensino à distância, nem a execução de políticas de mitigação orquestradas entre as diferentes esferas de governo.

Uma das principais barreiras ao ensino remoto de qualidade é a conectividade. Estimativas feitas por pesquisadores do IPEA apontam que, em 2018, cerca de 16% dos alunos de Ensino Fundamental (aproximadamente 4,35 milhões de alunos) e 10% dos alunos de Ensino Médio (até 780 mil pessoas) não tinham acesso à internet no país, e quase a totalidade desses alunos digitalmente excluídos estudavam na rede pública de ensino<sup>3</sup>. Segundo a ONU, governos de todo o mundo que enfrentaram dificuldades de oferecer internet de qualidade para seus alunos optaram por adotar modalidades de ensino à distância mistas, combinando, por exemplo, o uso da internet com uma programação educacional de televisão e rádio, além da distribuição de materiais impressos. No Brasil, embora os estados tenham adotado alguma plataforma digital via internet para oferecer atividades escolares durante o período de isolamento social, somente 11 mobilizaram também a televisão, o que ilustra as poucas ações implementadas para superar a barreira do acesso desigual à internet no país<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Entre as principais ações estão, por exemplo, a contratação de pessoal para os hospitais universitários a liberação de crédito suplementar para expansão das atividades desses hospitais; realocação do dinheiro destinado pelo governo federal para merenda escolar para estados e municípios em kits de alimentação para alunos; repasse de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para compra de materiais de higiene, como sabão, álcool em gel, água sanitária e papel toalha. Veja mais em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/coronavirus-saiba-quais-medidas-o-mec-ja-realizou-ou-estao-em-andamento>.

<sup>3</sup> Ver Nascimento, P. et al. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Ipea, 2020.

<sup>4</sup> Para uma análise empírica detalhada sobre os impactos da pandemia na educação através dos dados da PNAD COVID de Julho de 2020 ver o Boletim nº 22 da Rede de Pesquisa Solidária, listado na bibliografia.

Claudia Costin, diretora do FGV CEIPE, afirmou que o Brasil já vivia uma crise de aprendizagem antes mesmo da pandemia<sup>5</sup>. Já José Henrique Paim, diretor do FGV DGPE, garante que a tarefa de organizar a educação brasileira já era uma das tarefas mais complexas do mundo dada a divisão de responsabilidades educacionais entre os entes federativos e a governança tardiamente estruturada do sistema. Assim, coordenar ações que resultem na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem nas mais de 186 mil escolas de Educação Básica no país requer um alinhamento extraordinário que se tornou ainda mais complexo com a pandemia e os desafios vinculados à educação à distância.

O retrato da educação, que já era muito ruim, mas parecia estar melhorando quando olhávamos a evolução recente, voltou a piorar nos últimos anos. Esta pesquisa é uma espécie de trailer de um filme de horror educacional durante a pandemia.

## **2. BASE DE DADOS E METODOLOGIA**

Dada a oferta de bases de microdados e a carência de estudos empíricos que busquem entender os desafios enfrentados pelos estudantes brasileiros durante a pandemia, o objetivo da presente pesquisa é analisar como os alunos dedicaram o seu tempo para os estudos de casa e as razões subjacentes. Para isso, propomos um novo indicador que mensure, em horas diárias, o empenho de cada aluno com as atividades escolares durante a pandemia. Assim, tentaremos traçar um primeiro retrato sobre como a pandemia afetou o ensino no país e como os alunos de diferentes faixas etárias e classes econômicas se comportaram nesse período a partir de uma variável fundamental para a aprendizagem: o tempo dedicado ao ensino escolar. Analisamos também as motivações apresentadas.

Sem a pretensão de sintetizar todo o debate em torno de como a educação foi afetada pela pandemia, o objetivo central dessa pesquisa é municiar os gestores de políticas educacionais e os demais atores envolvidos no processo educacional (pais, professores e alunos) com informações a respeito do tempo dedicado em casa para a escola por cada aluno potencial. Estudamos também a natureza das razões apresentadas pelos estudantes para não realizarem as tarefas remotas, por exemplo, se decorre da falta

---

Segundo os autores, as Unidades da Federação que usaram internet e televisão para o ensino à distância foram: Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

<sup>5</sup> Ela cita que 55% das crianças brasileiras saíam analfabetas do terceiro ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas e que, no final do Ensino Médio, só 9% saíam sabendo o necessário de Matemática.

de oferta de materiais enviados pelas escolas ou se falta de demanda dos estudantes em relação a este material.

Utilizamos os microdados coletados pela PNAD COVID/ IBGE de julho a Setembro de 2020 que nos permitem avaliar se os alunos estão matriculados, recebendo atividades escolares para estudar de casa e quantos dias e horas da semana se dedicam para essas atividades e as motivações associadas ao não uso deste material. As perguntas sobre educação do questionário da PNAD COVID estão no final dessa pesquisa.

Propomos inicialmente um indicador síntese que é capaz de marcar como um relógio as horas dedicadas por cada estudante potencial ao aprendizado à distância. Indo além da questão discreta de estar ou não matriculado, o indicador de tempo para escola proposto envolve também os dias de fato dedicados para o ensino remoto e a extensão da jornada escolar diária de casa.

Com este indicador desejamos não só quantificar o uso do insumo tempo dedicado aos estudos durante a pandemia, mas também investigar seus componentes. O indicador de tempo para a escola é resultado do produto entre o índice de matrícula, o índice de frequência e o índice de jornada escolar. Todos os índices e o próprio indicador de tempo para a escola são elaborados através das perguntas sobre educação no questionário da PNAD Covid.

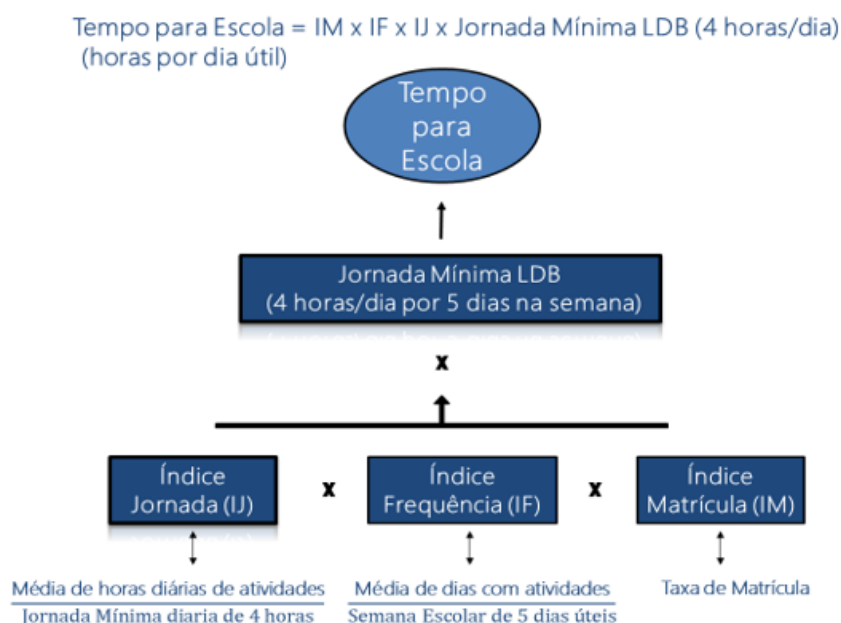
O Índice de Matrícula (IM) mede a proporção de pessoas que estão matriculadas na escola. Assim, corresponde ao inverso da chamada taxa de evasão escolar. A taxa de matrícula é calculada através da seguinte pergunta do questionário da PNAD Covid: “Frequenta escola ou faculdade (está matriculado(a))?”, sendo feita somente para crianças e jovens de 6 a 29 anos.

O Índice de Frequência (IF) corresponde à proporção de dias que foram de fato aproveitados pelos alunos para a realização de atividades escolares à distância. Para calculá-lo, estimamos a razão entre o número médio de dias que o aluno dedicou para os estudos de casa e o número padrão esperado de dias empenhados aos estudos (5 dias, o equivalente aos dias úteis de uma semana escolar). O número médio de dias é calculado através da seguinte pergunta do questionário: “Na semana passada, em quantos dias dedicou-se às atividades escolares?”. A qual podia ser respondida escolhendo uma das seguintes opções de resposta: a) 1 dia, b) 2 dias, c) 3 dias, d) 4 dias, e) 5 dias, f) 6 ou 7 dias. Na última opção consideramos o peso médio do intervalo: 6,5.

O Índice de Jornada (IJ) indica a quantidade de horas diárias empenhadas para o estudo de casa, sendo, portanto, uma proxy da extensão da carga horária escolar diária

vis-à-vis a uma jornada mínima de referência de 4 horas, conforme estabelecida pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação. A quantidade de horas diárias é calculada através da seguinte pergunta do questionário: “Na semana passada, quanto tempo por dia gastou fazendo as atividades escolares?”. A qual podia ser respondida escolhendo uma das seguintes opções de resposta: a) Menos de 1 hora; b) De 1 hora a menos de 2 horas; c) De 2 horas a menos de 5 horas; d) 5 horas ou mais. Utilizamos os pesos médios do intervalo para tirar a média ponderada: 0,5, 1,5 3,5 e 5, respectivamente.

**Figura 1** – Componentes que formam o Indicador de Tempo para Escola



Fonte: Elaboração própria.

A fim de obter um resultado mais intuitivo para interpretação dos resultados, multiplicamos os três índices pela jornada mínima de 4h, gerando o indicador de tempo para a escola empenhado por cada aluno de casa por cada dia útil da semana. Em suma, o indicador de tempo para a escola mede quantas horas diárias por dia útil, em média, os estudantes potenciais dedicam ao aprendizado escolar de casa, a partir de seus componentes-base matrícula, frequência e jornada<sup>6</sup>.

Por fim, iremos também discorrer sobre os motivos de oferta e demanda relacionados ao não envolvimento dos alunos com o ensino remoto, mais especificamente

<sup>6</sup> O indicador proposto de tempo para escola tem como inspiração uma pesquisa feita pelo FGV Social / Centro de Políticas Sociais em 2009. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/tempo-de-permanencia-na-escola>. Neri e Osório (2019) avaliou o impacto do Programa Bolsa Família no tempo na escola, em seus componentes (matrícula, presença e jornada) e nas motivações relacionadas a partir dos suplementos da PNAD 2004 e 2006.

calculando a parcela dos estudantes que não teve tempo para escola por não ter recebido atividades escolares das escolas e a parcela daqueles que, apesar de terem recebido tarefas para serem realizadas de casa, não as fizeram por qualquer motivo apresentado pelos alunos.

### **3. PRINCIPAIS RESULTADOS**

Na presente pesquisa focamos nos alunos de 6 a 15 anos, que corresponde à faixa etária do Ensino Fundamental, seguido dos alunos de 15 a 17 anos que deveriam estar no Ensino Médio. A análise está centrada no conjunto do país em setembro de 2020 que é consistente com a PNAD tradicional, facilitando comparações. Pontualmente iremos mensurar também o tempo dedicado para o ensino remoto para diversas faixas etárias, por nível de renda familiar e por categorias socioespaciais.

#### **3.1. Tempo total e componentes**

Nossas estimativas mostram que em setembro de 2020 o país tinha 29,6 milhões de estudantes matriculados entre 6 a 15 anos, o que representa uma taxa de matrícula de 97% para essa faixa etária. Desses 84,7% receberam alguma atividade escolar no período, realizando ao menos parte dessas tarefas, enquanto 12% (ou em torno de 3,5 milhões) não receberam qualquer atividade para ensino remoto no período (outros 186 mil não receberam atividades porque ainda estavam de férias e apenas 784 mil receberam atividades, mas não as fizeram, o que corresponde a 0,6% e 2,7%, respectivamente).

Já os adolescentes de 15 a 17 anos somavam aproximadamente 8,8 milhões de estudantes, o que representa uma taxa de matrícula de 93%. Desses, 80,3% receberam alguma atividade escolar no período, realizando ao menos parte dessas tarefas, enquanto 15,3% não receberam tarefas no período (além de 0,8% que não receberam atividades por estar de férias e 3,6% que receberam tarefas, mas não as fizeram). Já vemos, portanto, que a maior parte do público-alvo da pesquisa não realizou tarefas escolares mais por problemas de oferta (não receberam tarefas da escola) do que por questões de demanda (receberam, mas não as fizeram).

Em média, em setembro de 2020, os alunos entre 6 e 15 anos dedicaram 4,5 dias por semana aos estudos de casa e 2,72 horas diárias para a realização das atividades escolares (ou aproximadamente 2 horas e 43 minutos). O indicador de tempo para escola, que compara as médias de dias e horas empenhadas ao estudo a um desempenho escolar mínimo esperado (4 horas diárias em 5 dias da semana), incluindo também os alunos que



estão fora da escola, registrou 2,37 horas diárias por dia útil para o grupo de 6 a 15 anos, o que equivale a aproximadamente 2 horas e 22 minutos.

O Quadro abaixo permite comparar, para a população total de estudantes, as diferenças observadas nos componentes de tempo para escola entre as faixas de 6 a 15 anos e 15 a 17 anos. Em suma, vemos que apesar das estimativas de tempo para escola (2h22 e 2h26, respectivamente) serem próximas para os dois grupos, observamos variações consideráveis nos componentes que sustentam o indicador para cada faixa. Explica-se: o Índice de Matrícula é mais significativo para o grupo de 6 a 15 anos (0,97 versus 0,93, respectivamente), enquanto o Índice de Jornada, mais afetado pela pandemia que a taxa de matrícula, é maior para os adolescentes de 15 a 17 anos (0,74 vis-à-vis 0,68 para o grupo de crianças, respectivamente, em setembro de 2020). O Índice de Frequência é similar entre ambos, chegando em torno de 0,9. Portanto, nossas estimativas sugerem que os adolescentes de 15 a 17 anos se dedicam mais ao ensino remoto, mas historicamente sofrem com uma maior evasão escolar, e por isso têm tempo para escola apenas ligeiramente superior que as crianças entre 6 e 15 anos, mesmo apresentando uma jornada mais extensa durante a pandemia. Isso pode significar também que o grupo de 6 a 15 anos teve menos conectividade para estudar remotamente, como veremos adiante.

**Quadro 1** – Decompondo o Tempo para Escola em setembro de 2020

Tempo para Escola (horas por dia útil) em Setembro de 2020				
Faixa Etária	Decomposição			
	Tempo para Escola	Índice de Matrícula	Índice de Frequência	Índice de Jornada
6 a 15 anos	2h22min	0,97	0,90	0,68
15 a 17 anos	2h26min	0,93	0,89	0,74

Fonte: FGV Social com base nos microdados da PNAD COVID/IBGE.

### 3.2. Atributos sociais (idade, sexo e cor)

É possível analisar também o tempo para escola por outras faixas etárias, além de aberturas para sexo e cor declarada do indivíduo. Enquanto as meninas entre 6 a 15 anos tiveram maior tempo para escola que os meninos (2h26min vs 2h19min, respectivamente, explicada pelo maior tempo dedicados aos estudos das meninas), os brancos ou amarelos estiveram à frente dos pretos, pardos e indígenas (2h30min vs 2h16min, respectivamente, com vantagens em todos os componentes). O mesmo padrão de resultados para esses atributos sociais foi encontrado para as demais faixas etárias apresentadas.



O Quadro também mostra que quanto mais velho é o estudante, menor é o tempo dedicado para o estudo remoto em horas por dia útil. Há um salto relevante para o grupo de jovens entre 15 a 29 anos, que pode ser observado no baixíssimo tempo para escola de 1h4min para os jovens. O principal componente que explica essa queda vertiginosa é a taxa de matrícula escolar, que atinge somente 39% para a faixa de jovens de 15 a 29 anos, fato que já ocorria antes da pandemia e é um problema principalmente para jovens acima da idade escolar (18 anos ou mais).

**Quadro 2** – Tempo para Escola Médio (em horas por dia útil) por atributos sociais

Tempo para Escola (horas por dia útil) em Setembro de 2020					
Faixa Etária	População Total	Branca ou amarela	Preta, Parda ou Indígena	Homem	Mulher
6 a 15 anos	2h23min	2h30min	2h16min	2h19min	2h26min
15 a 17 anos	2h36min	2h36min	2h19min	2h19min	2h34min
15 a 29 anos	1h4min	1h11min	58min	1h	1h8min

Fonte: FGV Social com base nos microdados da PNAD COVID/IBGE.

### 3.3.Renda

Uma outra maneira de enxergar os desafios educacionais enfrentados durante a pandemia é analisar através da lente de renda. Classificamos os alunos de acordo com o seu poder aquisitivo em 4 classes econômicas: Classe E (até R\$ 245 per capita), Classe D (de R\$ 246 até R\$ 511 per capita), Classe C (de R\$ 512 até R\$ 2.202 per capita) e Classe AB (de R\$ 2.203 per capita em diante), a valores de junho de 2020. O critério de renda utilizado aqui é o de renda per capital habitual, uma vez que este é menos volátil que o conceito de renda efetivamente recebida. Aqui focaremos primeiro nas Classes AB e E para a faixa de 6 a 15 anos, a primeira com a metade do tamanho da segunda (1,57 milhões e 3,15 milhões, respectivamente, em setembro de 2020) com o objetivo de comparar o desempenho escolar durante a pandemia entre os extremos da distribuição de renda<sup>7</sup>.

Comparando as crianças entre 6 e 15 anos mais pobres e mais ricas: alunos frequentam relativamente menos a escola (97% versus 99%, respectivamente), menos receberam atividades escolares (76,5% versus 97,4%), menos se dedicaram as essas

<sup>7</sup> Sobre a mudança das classes de renda durante a pandemia ver, por exemplo: Neri, M. C. “Qual foi o Impacto Imediato da Pandemia do Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras?”. Sumário Executivo, Fundação Getulio Vargas (FGV Social), Rio de Janeiro-RJ, Agosto de 2020.

atividades que receberam (4,35 dias, em média, contra 4,84 para os mais ricos), e menos horas dedicaram aos estudos de casa (2h29min contra 3h26min, respectivamente).

Assim, não é surpresa que o indicador de tempo para escola por dia útil para os mais pobres alunos de 6 a 15 anos seja em torno de 2 horas e 5 minutos em setembro, enquanto para os mais ricos (Classe AB) chegue a 3 horas e 18 minutos por dia útil. O mesmo padrão se repete para alunos de 15 a 17 anos das classes E e AB. Portanto, alunos pobres e ricos estão consideravelmente abaixo e acima, respectivamente, da média para a população total, que como vimos anteriormente, foi de 2h22min para a faixa de 6 a 15 anos e 2h26min para a faixa de 15 a 17 anos.

**Quadro 3** – Tempo para Escola Médio (em horas por dia útil) por classe econômica

Tempo para Escola (horas por dia útil) - 6 a 15 anos Setembro 2020		
Classe Econômica	Indicador	
	Julho	Setembro
Classe AB	3h11min	3h18min
Classe E	1h56min	2h5min

Fonte: FGV Social com base nos microdados da PNAD COVID/IBGE de 2020

Apesar do menor tempo para escola, é importante ressaltar mais uma vez que os alunos mais pobres são significativamente mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares que os alunos ricos. Apenas 2,1% dos alunos mais ricos entre 6 a 15 não receberam qualquer atividade em setembro (além de outros 0,5% que não receberam por ainda estar de férias), enquanto 23,1% dos alunos de Classe E estiveram excluídos das atividades escolares (e outros 0,4% ainda estavam de férias). Esse problema de oferta educacional é provavelmente mais danoso para a educação remota dos alunos mais pobres do que problemas de demanda educacional por parte desses alunos, uma vez que, por exemplo, entre aqueles que receberam atividades, a taxa de alunos que não realizou qualquer atividade (por qualquer motivo de demanda que seja) não chega ao mesmo patamar de diferença entre as classes mais alta e mais baixa (1,5% e 2,3%, respectivamente). Isso não significa negar que alunos mais pobres se envolveram menos com a educação remota, mas apenas ressaltar que a oferta educacional é bastante desigual entre as faixas de renda, fato que o indicador de tempo para escola não capta. Mais uma vez, o mesmo padrão se repetiu para alunos de 15 a 17 anos.

**Quadro 4** – Parcela de alunos que não fez atividade escolar em setembro de 2020 por tipo de motivo – 6 a 15 anos e 15 a 17 anos e abertura por classe econômica

Parcela de alunos que não fez atividade escolar em Setembro (%)		
Categoria	Tipo de Motivo	
	Oferta	Demanda
<b>6 a 15 anos</b>	<b>12%</b>	<b>2,7%</b>
<b>Classe AB</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,5%</b>
<b>Classe E</b>	<b>23,1%</b>	<b>2,3%</b>

Fonte: FGV Social com base nos microdados da PNAD COVID/IBGE de 2020

Em suma, os dados parecem mostrar que quanto mais pobre é o indivíduo, menos ele/ela frequenta a escola, menor foi a quantidade de exercícios que ele/ela recebeu da escola e, para piorar, menos ele/ela se dedicou a esses exercícios recebidos. Consequentemente, menor foi o indicador de tempo para escola estimado. É esperado, portanto, que o gap de desempenho educacional entre ricos e pobres também aumente durante a pandemia.

### 3.4. Unidade da Federação

A análise territorial para o grupo de 6 a 15 anos em setembro de 2020 revela que o Distrito Federal apresenta o maior indicador de tempo para escola entre todas as 27 Unidades da Federação (2h58min). O top-6 ainda tem Goiás (2h42min), Ceará (2h35min), São Paulo (2h34min), Sergipe (2h32min) e Piauí (2h29min). Nas últimas colocações do ranking de tempo para escola estavam majoritariamente estados da região Norte: Acre (1h23min), Roraima (1h42min), Rio Grande do Norte (1h57min) e Amapá (1h58min). Portanto, há uma diferença substantiva entre as regiões do país, uma vez que o Acre, lanterna do ranking, tem menos que a metade do tempo para escola do Distrito Federal.

É importante ressaltar que entre os seis estados líderes em tempo para escola, Sergipe, Piauí e Goiás foram aqueles que tiveram as maiores taxas de alunos de 6 a 15 anos que não receberam qualquer atividade escolar para fazer de casa (22,8%, 11,5% e 7%, respectivamente), seguidos por São Paulo (5,5%), Ceará (4,6%) e Distrito Federal (3,9%), que, nesse quesito, teve o melhor desempenho entre todos os estados no top-6 em tempo para escola. Essas estimativas não incluem aqueles que não receberam atividades por estarem de férias. Vale mencionar que na lanterna do ranking de estados que menos ofereceram atividades temos: Pará, Tocantins e Roraima, aonde 38,88%, 28,72% e 28,70% dos alunos não receberam qualquer atividade, respectivamente. Já entre aqueles que receberam atividades, mas não as realizaram, Distrito Federal teve o melhor

desempenho com a menor taxa (1,79%) entre todos os top-6 estados em tempo para escola, seguido por Sergipe (2,12%), Piauí (2,37%), Ceará (2,38%), Goiás (3,32%) e São Paulo (3,89%). A frente de São Paulo somente Acre (4,01%).

É interessante notar que Goiás teve a maior variação de tempo para escola entre os dois últimos meses, saltando da 15ª colocação do ranking em julho para a vice-liderança por conta do fim das férias: 66% dos alunos goianos não receberam atividades por estarem de férias em julho. Esse percentual caiu para 1% em setembro, o que representa, com larga folga, a maior variação observada nesse quesito “saída das férias”. Por conta desse tipo de volatilidade entre os meses que preferimos focar nos resultados de setembro.

Uma rápida menção aos rankings de tempo para escola por UF em setembro para as faixas de 15 a 17 anos e 15 a 29 anos é de interesse ao leitor: Enquanto o Distrito Federal segue na liderança em ambas as faixas (3h e 1h39min horas por dia útil, respectivamente), Goiás manteve-se na vice-liderança (2h52min e 1h15min, respectivamente). Já o Ceará se manteve na terceira colocação para o ranking de 15 a 17 anos (2h38min), enquanto o Piauí assumiu essa posição no ranking de 15 a 29 anos (1h14min). Na outra ponta da tabela, o Acre seguiu na última colocação nos dois rankings (1h24min e 41min, respectivamente), enquanto Roraima esteve em 26º lugar (1h39min e 42min, respectivamente).

De maneira geral, os dados mostram que alunos da região Norte não só ficaram mais excluídos, mas também menos se envolveram com as poucas atividades que receberam, fatos que sugerem um agravamento nas desigualdades regionais educacionais do país no Brasil pós-pandemia.

Entre as UFs para a faixa de 6 a 15 anos, os alunos de classe E com o maior tempo para escola em agosto estavam em Goiás (2,79), Ceará (2,49) e Minas Gerais (2,43), enquanto os do Acre estavam na última posição (1,03). Olhando para os 3 líderes do ranking, enquanto 9% e 10% dos alunos pobres cearenses e goianos, respectivamente, não receberam atividades escolares, 6,2% e 3,26%, respectivamente, receberam, mas não as realizaram por qualquer motivo pessoal. O melhor desempenho foi entre os alunos pobres mineiros, dos quais apenas 7,3% não receberam atividades escolares e somente 2,4% receberam, mas escolheram não as realizar.

Já entre os mais ricos alunos de 6 a 15 anos, membros da Classe AB, os de Alagoas (3,93), Piauí (3,72) e Distrito Federal (3,71) lideravam o ranking de tempo para escola, enquanto os do Acre seguiam no final do ranking (1,73). Entre os 3 estados líderes no

tempo para escola, apenas o Distrito Federal teve alunos da classe AB entre 6 a 15 anos que receberam atividades, mas não as realizaram (0,4%). Entretanto, foi o Distrito Federal que teve a menor parcela de alunos que não receberam qualquer atividade (3%), quando comparado ao Piauí (4,3%) e Alagoas (6,6%).

### 3.5. Capitais e periferias metropolitanas

Nas capitais dos estados em relação ao grupo de 6 a 15 anos, Teresina está em primeiro lugar do ranking com tempo para escola de 3 horas e 1 minuto por dia útil, seguida de Brasília (2h58min), Goiânia (2h58min) e São Paulo (2h55min). No final do ranking temos Rio Branco (1h28min), Boa Vista (1h42min) e Palmas (2h7min).

Quando analisamos quem não ofereceu atividades escolares vemos que, entre as capitais líderes de tempo para escola, Brasília (3,9%) e Teresina (6,4%) tiveram baixos percentuais de alunos que acusaram não ter recebido qualquer atividade quando comparadas a São Paulo (10,5%) e Goiânia (18,2%). Por sua vez, Natal (33,4%), Belém (33,3%) e Palmas (25,2%) foram as capitais com piores índices de não-oferecimento de atividades escolares durante a pandemia. Já em relação a quem não fez as atividades escolares recebidas por qualquer motivo pessoal temos, entre as capitais líderes em tempo para escola, Brasília teve o melhor desempenho (1,8%), enquanto Teresina (4,8%), São Paulo (4,9%) e Goiânia (5,7%) só ficaram atrás de Vitória (7,6%).

Entre as nove periferias metropolitanas para o grupo de 6 a 15 anos, a periferia do Rio de Janeiro lidera o ranking de tempo para escola (2h31min), seguida pelas periferias de São Paulo (2h30min), Fortaleza (2h23min) e Belo Horizonte (2h16min). No fim do ranking das periferias temos a de Belém (1h55min) e a de Salvador (1h57min). Entre as periferias metropolitanas, a de Belém (30,4%) e a do Rio de Janeiro (22,7%) foram as que tiveram maiores taxas de alunos afirmando que não receberam atividades. Já as periferias de Belo Horizonte (4,3%), de Recife (3,8%) e do Rio de Janeiro (3,7%) foram as que tiveram maior percentual de alunos que receberam atividades escolares, mas não as realizaram.

Por fim, geramos mapas de sobrevôo que permitem ao usuário visualizar de forma interativa o indicador de tempo para escola para as 27 Unidades da Federação nas faixas de 6 a 15 anos e 16 e 17 anos, além de mapas para as 27 capitais do país exclusivos para a faixa de 6 a 15 anos. Todos os mapas mostram dados para julho e agosto de 2020<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Os mapas podem ser acessados no site: <https://www.cps.fgv.br/cps/TempoParaEscola/>.

### **3.6. Redes de ensino**

Segundo o IBGE, a PNAD COVID utiliza como base a amostra de domicílios da PNAD Contínua do 1º trimestre de 2019<sup>9</sup>. Essa amostra foi submetida a um processo de pareamento para integração com outras bases de dados, buscando-se obter números de telefone para cada domicílio. Esse procedimento resultou em uma amostra representativa de cerca de 92% da amostra-base, os quais foram distribuídos em conjuntos de cerca de 48 mil domicílios por semana. A amostra da PNAD COVID19 é fixa, ou seja, os domicílios entrevistados no primeiro mês de coleta de dados permanecerão na amostra dos meses subsequentes até o fim da pesquisa<sup>10</sup>.

Portanto, é possível tentar achar na base da PNADC de 2019 os domicílios que estão respondendo ao questionário da PNAD COVID tendo em vista a ampliar o leque de variáveis ofertadas pela pesquisa feita por telefone durante a pandemia. Utilizamos o procedimento, por exemplo, para encontrar os domicílios com alunos da rede pública e privada em 2019 na PNAD COVID de 2020, visto que a pergunta acerca de qual rede de ensino o aluno frequenta só está disponível na PNADC. Assim, fizemos os pareamentos porque acreditamos que o dado sobre a rede de ensino do aluno é relevante para se avaliar como o tempo para escola foi afetado com o fechamento das escolas e o isolamento social para enfrentamento do novo coronavírus. Localizamos também os domicílios por acesso à internet em 2019 e ao programa Bolsa Família, ou seja, buscando mensurar os efeitos da pandemia sobre a educação dos mais pobres alunos brasileiros. É importante notar que estes processos acabam incorporando algumas diferenças entre as duas amostras.

Começando, portanto, pela análise por rede de ensino, temos que o pareamento identificou 18,4 milhões e 6,1 milhões de alunos que frequentavam escolas públicas entre 6 a 15 anos e 15 a 17 anos, respectivamente, na base que concatenou a PNADC 2019 com a PNAD COVID de Setembro de 2020. Já os alunos nas escolas públicas eram 5,2 milhões e 1,2 milhões, respectivamente, por faixa etária, o que mostra que a amostra concatenada tem tamanho suficiente para uma análise detalhada dos impactos da pandemia sobre o tempo para escola abertos por tipos de escola, visto que o total de alunos matriculados na

---

<sup>9</sup> A PNAD Contínua funciona da seguinte maneira: os domicílios selecionados para a amostra são pesquisados uma vez a cada trimestre, durante cinco trimestres sucessivos e, depois, são retirados da amostra. A cada trimestre, há domicílios que estão sendo pesquisados pela 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª vez.

<sup>10</sup> Para fins da inferência mensal, a amostra da PNAD COVID seria próxima à amostra de um trimestre típico da PNAD Contínua, a menos da não resposta causada: a) Pela não obtenção de um número de telefone para uma parte (8%) dos domicílios da amostra base; b) Pela perda de domicílios durante a coleta.

base da PNAD COVID em setembro de 2020 era de 29,6 milhões e 8,8 milhões, segundo as faixas de 6 a 15 anos e 15 a 17 anos.

**Quadro 5** – Tempo para Escola (em horas por dia útil) por faixa etária e categoria

<b>Tempo para Escola (horas por dia útil)</b>		
<b>Faixa Etária e Categoria</b>	<b>Julho</b>	<b>Setembro</b>
<b>6 a 15 anos (alunos privados)</b>	<b>3h3min</b>	<b>3h6min</b>
<b>6 a 15 anos (alunos públicos)</b>	<b>2h14min</b>	<b>2h18min</b>
<b>15 a 17 anos (alunos privados)</b>	<b>3h22min</b>	<b>3h28min</b>
<b>15 a 17 anos (alunos públicos)</b>	<b>2h24min</b>	<b>2h28min</b>

Fonte: FGV Social com base nos microdados da PNAD COVID/IBGE de 2020

Nossas estimativas mostram que, para crianças de 6 a 15 anos, alunos da rede privada têm maior tempo para escola por dia útil que alunos da rede pública (3h6min e 2h18min, respectivamente), como mostra a tabela acima para julho e setembro de 2020. A vantagem dos alunos da rede privada chega a 1h de diferença no caso dos adolescentes de 15 a 17 anos (3h28min versus 2h28min).

Os dados também mostram que alunos de escolas públicas na Educação Básica, independentemente da faixa etária, foram significativamente mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares por parte das secretarias e escolas do que alunos da rede privada. Por exemplo, enquanto somente 3,7% e 4,1% dos alunos privados de 15 a 17 anos e 6 a 15 anos, respectivamente, não receberam material escolar, os alunos em escolas públicas nessas mesmas faixas etárias sofreram relativamente mais com a falta de atividades para estudar em setembro de 2020: 17,1% e 13,9%, respectivamente.

Já quando olhamos o percentual de alunos que receberam atividades, mas não as fizeram por qualquer motivo de demanda, temos que alunos públicos também tiveram um pior desempenho nesse quesito quando comparado aos alunos da rede privada. Enquanto 1,3% e 1,5% dos alunos privados de 6 a 15 e 15 a 17 anos, respectivamente, não fizeram as atividades escolares por qualquer motivo de demanda, esse percentual chega a 3% e 3,9% para alunos públicos dessas respectivas faixas etárias.

Conseqüentemente, nossas estimativas mostram que alunos da rede pública tiveram não só menor tempo para escola que alunos de escolas privadas, mas também receberam menos atividades escolares e se dedicaram relativamente menos aos materiais recebidos.



**Quadro 6 – Motivos para não estudar por faixa etária e categoria**

<b>Motivos para Não Estudar – Setembro de 2020</b>			
<b>Indicadores Educacionais</b>	<b>Oferta (Não recebeu)</b>	<b>Demanda (Não fez)</b>	<b>Férias</b>
6 a 15 anos (alunos privados)	4,1%	1,3%	0,5%
6 a 15 anos (alunos públicos)	13,9%	3,0%	0,6%
15 a 17 anos (alunos privados)	3,7%	1,5%	0,6%
15 a 17 anos (alunos públicos)	17,1%	3,9%	0,8%

Fonte: FGV Social com base nos microdados da PNAD COVID/IBGE de 2020.

### 3.7. Análise temporal

O indicador proposto de tempo para escola durante a pandemia tem como inspiração Neri e Osório (2019). A pesquisa investigou a extensão do tempo dedicado pelos estudantes à escola, suas causas e consequências em termos do processo de aprendizado. Podemos fazer um paralelo por faixa etária entre o tempo de permanência na escola em 2006 com o tempo dedicado ao ensino remoto durante a pandemia em 2020. O mês de setembro usado em 2020 coincide com aquele usado na PNAD Tradicional permite lidar nas comparações de problemas de sazonalidade. Buscamos desta forma entender como o tempo de escola variou de lá para cá não só para a população total de estudantes, mas também buscando entender as diferenças entre as redes de ensino e para os mais pobres alunos beneficiários do Bolsa Família.

O quadro acima mostra que, enquanto os alunos de 6 a 15 anos em 2006 tinham 4h7min horas de tempo na escola, no último dado disponível durante a pandemia tiveram apenas 2h23min. Os mais pobres foram ainda mais prejudicados, tendo seu tempo para os estudos reduzidos praticamente pela metade: de 4 horas para 2h para aqueles que recebem Bolsa Família. Igualmente prejudicados foram os alunos da rede pública, que viram o seu tempo para escola cair praticamente pela metade, passando de 4h15min para 2h18min. Já os alunos da rede privada conseguiram atenuar as perdas e viram o tempo para escola reduzir de 4h30min para 3h6min.

**Quadro 7 – Tempo para Escola Médio por faixa etária e categoria**

<b>Tempo para Escola Médio</b>		
<b>Faixa Etária e Categoria</b>	<b>2006</b>	<b>set/20</b>
6 a 15 anos (População Total)	4h7min	2h23min
6 a 15 anos (Recebe Bolsa Família)	4h1min	2h1min
6 a 15 anos (Alunos Públicos)	4h15min	2h18min
6 a 15 anos (Alunos Privados)	4h30min	3h6min
15 a 17 anos (População Total)	3h33min	2h28min
15 a 17 anos (Recebe Bolsa Família)	3h18min	2h5min
15 a 17 anos (Alunos Públicos)	4h15min	2h28min
15 a 17 anos (Alunos Privados)	4h44min	3h28min

Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD COVID e do Suplemento da PNAD 2006.

Quando olhamos a faixa de Ensino Médio, em 2006 o tempo na escola era de 3h33min para a faixa de 15 a 17 anos, caindo para 2h28min em setembro de 2020 durante a pandemia. Os adolescentes mais pobres tiveram uma redução de pouco mais de 1h, passando de 3h18min para 2h5min. Os mais prejudicados nessa faixa etária foram os alunos da rede pública, que viram o seu tempo para escola despencar de 4h15min para 2h28min. Já os alunos da rede privada conseguiram suavizar as perdas no tempo de estudos, passando de 4h44min para 3h28min, a melhor performance entre todas as categorias listadas na tabela para setembro de 2020.

A comparação de faixas etárias sugere que os alunos mais novos que vinham tendo maior nível e progresso relativo de indicadores educacionais ao longo do tempo foram os mais adversamente afetados durante a pandemia: a redução na faixa de 6 a 15 anos foi de uma hora e 44 minutos contra uma hora e 5 minutos da faixa de 15 a 17 anos.

Conclui-se, que os mais pobres, os alunos da rede pública, aqueles em lugares mais remotos e os mais jovens foram os que mais perderam na pandemia, enquanto os adolescentes, de maior renda, os alunos da rede privada em lugares mais conectados digitalmente não perderam tanto.

Finalmente, alguns trabalhos recentes simularam, no âmbito da pandemia, o impacto de dias fechados das escolas sobre o aprendizado escolar no Brasil e em escala global (ROSA, 2021; AZEVEDO, 2020; AZEVEDO *et al*, 2020; UNICEF *et al*, 2021). A abordagem empreendida no nosso estudo pode agregar informação sobre intensidade de acesso remoto à escola a estes cálculos.

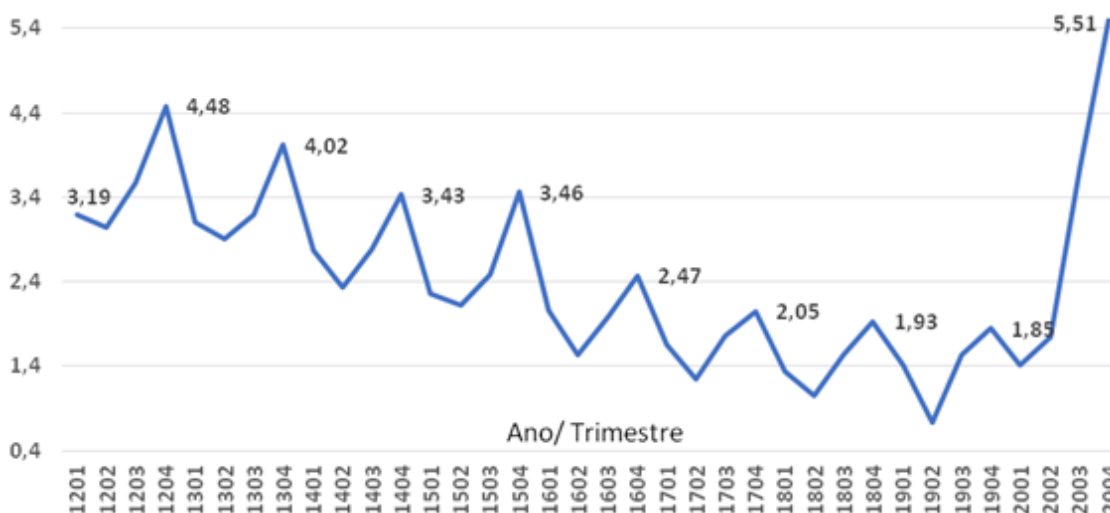
### 3.8. Evasão escolar na pandemia

A fim de completar a comparação temporal e testar robustez dos resultados processamos dados de evasão escolar simples a partir da PNADC trimestral por diferentes faixas etárias nos gráficos abaixo, com destaque aos números do último trimestre de cada ano.

O ponto a ser ressaltado é a tendencia antagônica da evasão escolar entre os grupos de 5 a 9 anos em relação aos de 15 a 19 anos, ficando a faixa de 10 a 14 anos num nível intermediário de quase estabilidade. Na faixa etária de 5 a 9 anos de idade houve um aumento de 290,8% na taxa de evasão ao longo de 2020 no Brasil. A taxa de evasão sobe de 1,41% no começo do ano para 5,51%, vide gráfico a seguir. Voltamos aos níveis de evasão de 14 anos atrás (2007).

O isolamento social das crianças protege os idosos? Resposta: Pouco, apenas 6,14% e 7,85% das crianças de 0 a 4 anos e 5 a 9 anos, respectivamente, moram com idosos enquanto a taxa geral da população que mora com idoso, ou é idoso, é de 21,4%. Agora qual é o grupo etário que faz mais isolamento social? Idosos? Resposta a partir da PNAD Covid de novembro de 2020: 1. Crianças de 0 a 4 33,8% delas ficaram rigorosamente em casa; 2. Crianças de 5 a 9 anos com 26,06%; 3. Pessoas com 60 anos ou mais com 18,02%. Ou seja, quem precisa menos, faz mais isolamento.

**Figura 2 – Taxas de Evasão Escolar de 5 a 9 anos de idade**



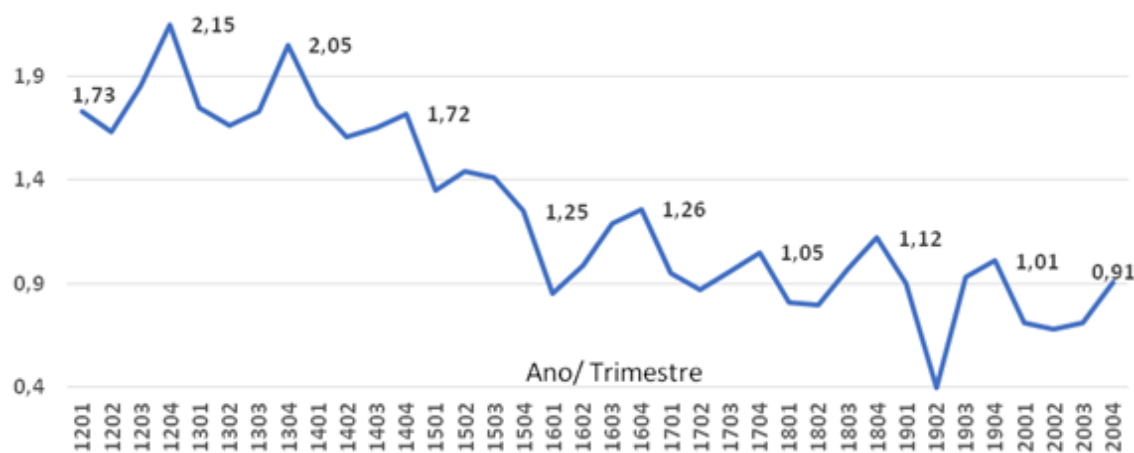
Fonte: FGV Social processando os microdados da PNADC

Há ainda o efeito indireto sobre a taxa de ocupação feminina que perderam duas vezes mais renda do trabalho que os homens em 2020. Como também a questão da merenda escolar numa fase de muita carência de recursos. De maneira geral, há aumento

da evasão escolar ao longo do ano as crianças vão saindo ao longo do ano. Neste sentido é fundamental mobilizar as matrículas no começo do ano letivo pelo menos administrativamente, mesmo em pandemia para evitar partir de um limite superior anual baixo. Esta faixa etária correspondente grosso modo ao Ensino Fundamental I foi onde nas últimas duas décadas avançamos mais em termos educacionais, e onde estamos perdendo a guerra. Estamos sacrificando o futuro desta geração.

Na faixa de 10 a 14 anos há uma quase estabilidade da evasão escolar, ou manutenção da tendencia na pandemia que sai de 1,01% para 0,91% dos últimos trimestres de 2019 ao de 2020. Já a tendencia na faixa de 15 a 19 anos é de marcada redução da evasão escolar. No final de 2020 estávamos seis pontos de porcentagem abaixo do menor ponto da série anterior. Este efeito está presente nas series de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos (não apresentados aqui). Estes dados parecem refletir a perda de custo de oportunidade no mercado de trabalho, uma vez que os jovens, e em particular os jovens adolescentes, foram os maiores perdedores no mercado de trabalho brasileiro na pandemia, assim como no período anterior a mesma.

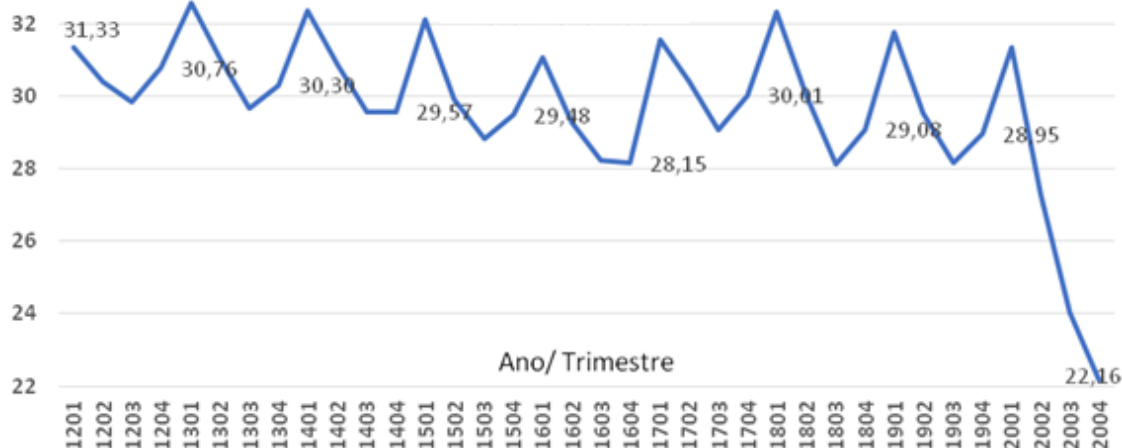
**Figura 4 – Taxas de Evasão Escolar de 10 a 14 anos de idade**



Fonte: FGV Social processando os microdados da PNADC

Enquanto vivemos uma década perdida em termos econômicos, a média de anos de estudo subiu 13% entre 2012 e 2019, a desigualdade de anos de estudo (Gini) caiu 8,6% e o Bem Estar Educacional, que é um produto dessas duas forças, subiu 19,1%. Porém, definitivamente a década de avanço educacional foi agora interrompida. Portanto, o retrato da educação, que já era muito ruim, mas parecia estar melhorando quando olhávamos a evolução recente, voltou a piorar. Ao fim e ao cabo, os resultados apontam para uma perda do crescimento e da equidade na acumulação de capital humano, com efeitos negativos para o país no longo prazo.

**Figura 5 – Taxas de Evasão Escolar de 15 a 19 anos de idade**



Fonte: FGV Social processando os microdados da PNADC

#### 4. A VISÃO DOS PROFESSORES

Não só os estudantes, mas também seus professores, enfrentaram desafios relacionados ao ensino remoto no país e isso deve também ser levado em consideração na hora de traçar planos de reabertura e lições para a educação brasileira tiradas da pandemia. A pesquisa *Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do coronavírus no Brasil* do Instituto Península, capitaneado por Ana Maria Diniz, ouviu milhares de docentes da Educação Básica ao longo da pandemia através de um questionário online realizado em diferentes etapas. No estágio inicial da crise, logo após o fechamento das escolas, a principal preocupação para 2 em cada 3 professores entrevistados era de se manter em casa cuidando de si e dos seus familiares. Já no estágio seguinte da crise, após seis semanas de isolamento social, as preocupações relacionadas à saúde da família começaram a ser acompanhadas mais de perto por preocupações relacionadas ao ensino à distância. Porém, 83% dos professores entrevistados se sentiam nada ou pouco preparados para o ensino remoto, sendo que 88% dos professores disseram que nunca tinham dado aula remota antes da pandemia, mesmo sendo um grupo bastante conectado ao mundo digital: 99% dos professores declararam possuir celular para trabalhar e 90% tinham notebook. Ademais, 61% dos professores afirmaram estar em contato com alunos à época, sendo que 83% realizaram contato via WhatsApp e apenas 34% via AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem). Quando abrimos por rede de ensino, vemos que somente na rede privada a interação via AVA era majoritária, chegando a 69% versus 56% por WhatsApp (este fica acima de 85% para as redes públicas de ensino).

Já no período mais recente divulgado pela pesquisa, entre 4 a 6 semanas antes do retorno às aulas presenciais, a principal preocupação se tornou ajudar seus alunos. Agora, 80% dos professores têm mantido contato com os alunos, principalmente via WhatsApp (83%) e Grupos de Sala de Aula (42%). Nas Redes Municipais e Estaduais o WhatsApp chega a 90% e 86%, enquanto na rede privada apenas 54%. Já Grupos de Sala de Aula e AVA são usados por 67% e 49% dos professores da Rede Privada, respectivamente, enquanto que na Rede Municipal chegam a 24% e 14%, respectivamente, e na Rede Estadual 58% e 30%.

Porém, ao listar barreiras para o ensino remoto, 79% acusaram a falta de infraestrutura e conectividade dos alunos, 64% afirmaram ser difícil manter os alunos engajados e 54% disseram que o distanciamento e perda de vínculo com os alunos atrapalham no processo de aprendizagem. Isso não significa que os professores não consideram a tecnologia importante, uma vez que antes da pandemia apenas 57% dos professores acreditavam na importância do uso da tecnologia no processo de aprendizagem, enquanto que depois da pandemia essa percepção pulou para 94%.

Os professores se dizem pouco confortáveis com a volta às aulas, principalmente por conta do medo de contaminação (83%) e o receio quanto à capacidade das escolas de retomar o funcionamento cumprindo as condições sanitárias necessárias (86%). Sobre o legado da pandemia, 72% dos entrevistados acreditam que mudou a percepção sobre a importância da tecnologia na educação e na valorização da carreira do docente pela sociedade.

## **5. O DEBATE EM TORNO DA VOLTA ÀS AULAS**

Passados sete meses da suspensão das aulas presenciais no Brasil, tem se tornado cada vez mais importante discutir os parâmetros que sustentarão a volta às aulas em cada região do país. No âmbito nacional, a MP 934/2020, sancionada em 18 de agosto, desobrigou as escolas de educação básica do cumprimento da quantidade mínima de 200 dias letivos em 2020 por conta da pandemia de Covid-19, apesar de ter mantido a necessidade de cumprir a carga horária exigida em lei. Segundo reportagem da *Época*, um bom termômetro para medir o interesse pela discussão da volta às aulas é o aumento verificado na procura de informações sobre o retorno das aulas presenciais no Google desde o final de agosto. A lista de decretos estaduais de suspensão de aulas organizada pelo Consed (Conselho Nacional de Secretários da Educação) mostra que o Rio de Janeiro, Tocantins e Distrito Federal foram os primeiros estados a suspenderem aulas em

meados de março. No final do mês, todos os estados e as capitais já haviam cancelados as aulas na rede pública de ensino, a maioria antecipando recesso de férias<sup>11</sup>. Manaus foi a primeira capital a liberar a volta às escolas em agosto e, apesar dos resultados não serem de todo negativos, também não trazem muito otimismo para as demais cidades do país. A avaliação de especialistas é que o número de contágios e de mortes não subiu, mas o desleixo na aplicação de protocolos sanitários enfraqueceu a adesão às aulas presenciais.

Nesse sentido, é preciso aprender também com experiências internacionais, como no reconhecido caso do Uruguai, país que deu prioridade de retorno às escolas às populações mais vulneráveis e sem acesso à internet. Segundo a OCDE, ao final de março todos os países do grupo tinham fechado as escolas de forma parcial ou integral. Nesse contexto europeu, os países escandinavos são um bom exemplo a se estudar vista a variedade de políticas adotadas em relação à educação durante a pandemia em países com índices socioeconômicos semelhantes. A Suécia, além de ter sido um dos países que adotaram as medidas menos restritivas de distanciamento social, nunca fechou suas instituições de ensino para crianças, somente parcialmente para adolescentes. Uma comparação entre a Suécia e a Finlândia, que fechou as escolas entre meados de março e maio, não demonstrou diferenças significativas nos casos confirmados da Covid-19. Já a Dinamarca foi o primeiro país europeu a reabrir as escolas após o fechamento, a partir de 15 de abril. Na primeira fase da reabertura, apenas as crianças menores de 12 anos retornaram à escola, porque foram consideradas com menores riscos de saúde, mais prejudicadas pela educação remota e demandantes de maior atenção dos responsáveis. A Noruega também priorizou as crianças mais novas, reabrindo primeiro creches e pré-escolas a partir de 20 de abril, e os anos iniciais do ensino fundamental a partir de 27 de abril. Experiências de sucesso em países asiáticos também precisam ser levadas em consideração. Temos, por exemplo, o caso de Taiwan, que utilizou a mesma estratégia implementada durante a pandemia do vírus H1N1, em 2009: fechamentos temporários e localizados baseados nas taxas de infecção locais, em conjunto com medidas de segurança na escola. Na China, país que verificou os primeiros casos do novo coronavírus no final de 2019 e que foi o primeiro país a fechar as escolas em Fevereiro de 2020, a reabertura gradual começou em Março com alunos prestes a acabar o ensino primário ou o

---

<sup>11</sup> Veja em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/mais-da-metade-dos-estados-cancela-aulas-na-rede-publica.shtml>. A lista de todos os decretos estaduais pode ser vista em <http://www.consed.org.br/download/decretos-sobre-suspensao-de-aulas-durante-a-pandemia-do-coronavirus>



secundário de forma a prepará-los para a vida no ensino médio e nas universidades, respectivamente, desde que dois critérios fossem cumpridos: o governo confirmasse o baixo risco de contágio na região e que todas as escolas pudessem implementar medidas de proteção aos estudantes. Em Singapura, país que conseguiu controlar o contágio do Covid-19 de forma bem-sucedida, as escolas se mantiveram abertas durante boa parte do ano, só fechando em abril e maio durante o momento mais severo de lockdown. Em junho, as escolas reabriram seguindo um rigoroso protocolo de segurança, com máscaras, checagem de temperaturas, etc. Por outro lado, é preciso tirar lições dos casos de reabertura malsucedidos, como foi o de Israel. As escolas fecharam em março e reabriram em maio, porém, iniciou-se um surto de transmissão em massa a partir de uma instituição de ensino médio que forçou o novo fechamento das escolas. O surto ocorreu porque não havia distanciamento social suficiente entre os alunos; as aulas ocorreram de portas fechadas com ar-condicionado por causa do calor, e os alunos não utilizaram máscaras.

Segundo relatório da Unicef, entre 200 países, o Brasil ficou na 196ª posição em termos de dias em que as escolas ficaram totalmente fechadas por causa da pandemia, considerando-se o período de 11 de março de 2020 até 2 de fevereiro de 2021. Foram 191 dias no Brasil, segundo a Unicef, comparado a uma mediana de 67 dias para o conjunto de 200 nações. Em países como Estados Unidos, Suécia e Austrália, o número de dias com escolas totalmente fechadas foi zero. (CONCEIÇÃO, 2021, p. 7).

Por fim, vale ressaltar que a retomada escolar dos jovens é menos complexa que as das crianças, uma vez que a evasão escolar é historicamente maior para os jovens. Barros et al. (2020) estimaram que o custo do abandono escolar equivale a R\$ 372 mil por jovem que hoje tem 16 anos, o que representa R\$ 214 bilhões/ano. O custo de oferecer toda a educação básica (pré-escola, fundamental e médio) é da ordem de R\$90 mil por estudante. Assim, o custo da evasão por jovem supera 4 vezes o que custa garantir a sua educação básica. Somada às dificuldades de encontrar emprego e aos impactos na renda decorrentes da pandemia<sup>12</sup>, principalmente para os jovens (grupo que já havia sofrido relativamente mais com a crise econômica iniciada no fim de 2014<sup>13</sup>), corremos o risco de ver a parcela de jovens nem-nem, que nem estudam, nem trabalham, seguir aumentando, visto que no 4º trimestre de 2019 eram 24,54%, enquanto que no mesmo período de 2014 representavam 21,19%.

<sup>12</sup> Cf. <https://cps.fgv.br/pesquisas/efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho-brasileiro>.

<sup>13</sup> Cf. <https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>.

## 6. CONCLUSÕES

Em meio a um gradual processo de reabertura com vasto acervo de dados públicos disponível, análises diversas sobre os efeitos da pandemia e suas respectivas políticas de mitigação começaram a se tornar cada vez mais recorrentes. Porém, pouco ainda se pública sobre os impactos da pandemia sobre a educação. O fato de que o Ministério da Educação (MEC) gastou substantivamente menos que outros ministérios estratégicos (como Cidadania, Saúde e Economia) já revela que a educação não foi vista como uma área prioritária nesse momento, mesmo com a criação do Comitê Operativo de Emergência e de medidas de apoio financeiro via MEC. Problemas já conhecidos de conectividade, por exemplo, apontavam os desafios que seriam enfrentados durante o período de isolamento social. Estimativas feitas pelo IPEA mostram que, em 2018, cerca de 16% dos alunos de Ensino Fundamental e 10% dos alunos de Ensino Médio não tinham acesso à internet no país, sendo que praticamente a totalidade desses alunos digitalmente excluídos estudavam na rede pública de ensino. Somados às também já conhecidas desigualdades regionais (e desigualdades entre redes de ensino) e a falta de um esforço de difusão de metodologias, avaliações e ações de mitigação orquestradas coletivamente entre as diferentes esferas de governo e via MEC, temos um cenário complexo para a educação brasileira no pós-pandemia. Porém, para traçarmos melhores estratégias durante o processo de reabertura de escolas e gradual fim do isolamento social, entendemos que é preciso primeiro entender o que de fato ocorreu com a educação brasileira durante a pandemia.

Assim, traçamos um primeiro retrato de como a pandemia afetou os alunos de diferentes faixas etárias e classes econômicas a partir de uma variável fundamental para a aprendizagem: o tempo dedicado ao ensino escolar. Indo além da questão discreta de estar ou não matriculado, nosso indicador de tempo para escola envolveu também os dias e as horas de fato empenhados para o ensino à distância. O indicador de tempo para escola registrou 2,37 horas diárias (ou 2 horas e 22 minutos) por dia útil para o grupo de 6 a 15 anos em setembro de 2020, inferior ao mínimo previsto na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDBE). Nossas estimativas mostram que a partir dos 15 anos em diante, quanto mais velho é o estudante, menor é o tempo dedicado para o estudo remoto em horas por dia útil. Há também um salto relevante a partir dos 18 anos, com queda do tempo significativa do tempo para escola por conta da redução na taxa de frequência.

A causa da falta de atividade escolar percebidas pelos estudantes é mais de oferta das redes escolares do que de demanda dos próprios: 12% dos estudantes de 6 a 15 anos não receberam materiais e apenas 2,7% não utilizaram esses materiais por alguma outra razão pessoal. A análise por renda mostra que quanto mais pobre é o indivíduo, menos ele frequenta a escola, menor foi a quantidade de exercícios que ele recebeu da escola e, para piorar, menos ele se dedicou a esses exercícios recebidos. Conseqüentemente, menor foi o indicador de tempo para escola estimado. É importante ressaltar que os alunos mais pobres são 987% mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares que os alunos mais ricos. Conclui-se que a desigualdade de oportunidades e de resultados educacionais aumentará durante a pandemia, quebrando tendência histórica de décadas recentes.

Mesmo os melhores colocados entre os estados e capitais também não tiveram um tempo para escola superior à jornada escolar mínima proposta pela LDBE, que é baixa para padrões internacionais. A falta de oferta de atividade escolar se dá por falta de envio de material por parte da rede de ensino, indo de 1,7% dos estudantes no Paraná seguido de Santa Catarina, até 38,9% no Pará. De maneira geral, alunos da região Norte foram os que menos se envolveram com as poucas atividades que receberam, fatos que sugerem a existência de problemas de infraestrutura domiciliar e de demanda por parte desses alunos, além de um agravamento nas desigualdades regionais de educação no Brasil pós-pandemia.

Um ponto a ser ressaltado é a tendência antagônica da evasão escolar durante a pandemia entre os grupos de 5 a 9 anos em relação aos de 15 a 19 anos, ficando a faixa de 10 a 14 anos num nível intermediário de quase estabilidade. Na faixa etária de 5 a 9 anos de idade houve um aumento de 290,8% na taxa de evasão ao longo de 2020 no Brasil. A taxa de evasão sobe de 1,41% no começo do ano para 5,51%, voltamos aos níveis de evasão de quase 15 anos atrás (2006), sem falar nas perdas de dias e horas semanais de ensino. Ao fim e ao cabo, os resultados apontam para uma perda do crescimento e da equidade na acumulação de capital humano, com efeitos negativos para o país no longo prazo.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, João Pedro. **Learning Poverty: Measures and Simulations**. Policy Research Working Paper No. 9446. World Bank, Washington, DC. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/34654>, 2020.

AZEVEDO, J. P.; HASA, A.; GOLDEMBERG, D.; IQBAL, S. A.; MARTIJN, K. G. 2020. **Simulating the Potential Impacts of COVID-19 School Closures on Schooling and Learning Outcomes: A Set of Global Estimates**. World Bank Policy Research Paper 9284. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/1813-9450-9284>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BARROS, R. P. *et al.* **Quanto custa não garantir o direito à educação para todos**. Fundação Roberto Marinho; Insper, 2020.

COSTIN, Claudia. **Recomendações para a volta às aulas**. CEIPE – Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, Junho 2020.

CONCEIÇÃO, Claudio. **Carta do Ibre**. Conjuntura Economica. Março de 2021. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/carta-do-ibre-o-difícil-momento-do-brasil>. Acesso em: 13 abr. 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimentos e Percepções dos Professores Brasileiros nos Diferentes Estágios do Coronavírus no Brasil**. Agosto de 2020.

KUBOTA, Luis Claudio. **Levantamento das Recomendações Para a Volta às Aulas em Tempos da Covid-19**. Nota Técnica nº 74 – Diset, Ipea –, Agosto 2020.

MELNICK, H.; DARLING-HAMMOND, L. **Reopening schools in the context of Covid-19: health and safety guidelines from other countries**. Learning Policy Institute, 2020.

NASCIMENTO, P. A. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

NERI, Marcelo. **Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio**: Crônica da Crise até Agosto de 2020. (Sumário Executivo), FGV Social, Rio de Janeiro, RJ – Outubro/2020.

NERI, Marcelo. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro**: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada. FGV Social, Rio de Janeiro, Setembro/2020.

NERI, Marcelo. **Juventude e Trabalho**: Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem? (Sumário Executivo), FGV Social, Rio de Janeiro, RJ – Novembro/2019.

NERI, M. C.; OSORIO, M.C. Bolsa Família, tempo na escola e motivações estudantis. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 53, p. 859-878, 2019.

OCDE. **The Impact of Covid-19 on Education: Insights from Education at Glance 2020**. Setembro 2020.

PAIM, J. H. **Pacto federativo na educação e os desafios da educação brasileira e o SNE**. In: Maria Helena Guimarães de Castro; Raphael Callou. (Org.). Educação em

Pauta: uma agenda para o país. 1ed.Brasília: Organização de Estados Ibero-americanos, 2018.

PRATES, I.; GUICHENEY, H. **Sem diretrizes para o ensino remoto e a volta às aulas, governo Federal repete na educação a tragédia da saúde.** Milhões de crianças ficaram em casa sem atividades escolares e os mais pobres perderam até 50 dias letivos de aula. Boletim nº 22, Rede de Pesquisa Solidária, Agosto 2020.

REIMERS, F. M.; SCHLEICHER, A. **Educação Interrompida, Educação Repensada – Como a pandemia do Covid19 está mudando a educação.** Tradução para o português feita pelo CEIPE – Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, 2020.

ROSA, Leonardo. **Perda de aprendizado durante a pandemia: Lições do fechamento de escolas em 2019.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=p4hXvCZBTaA>. 2021.

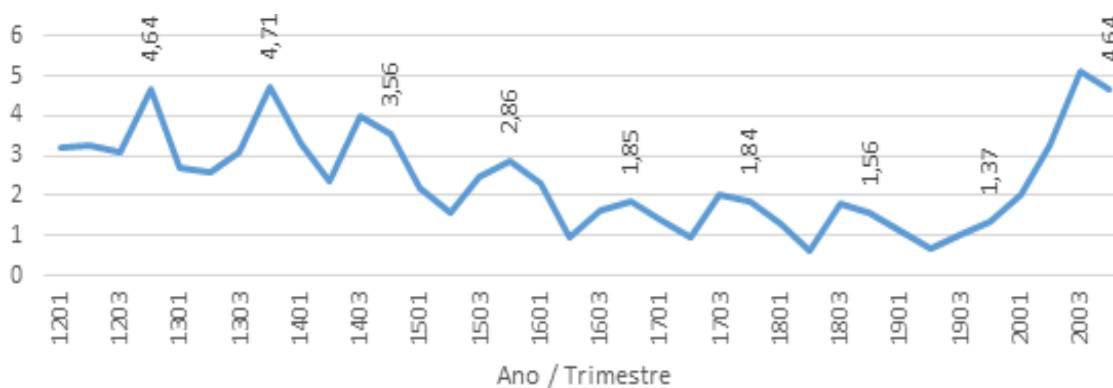
UNICEF *et al.* **Suplemento do marco de ação e recomendações para reabertura das escolas: da Reabertura a recuperação.** 2021.

UNITED NATIONS. **Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond.** Agosto 2020.

### APÊNDICE A – Estado de Santa Catarina

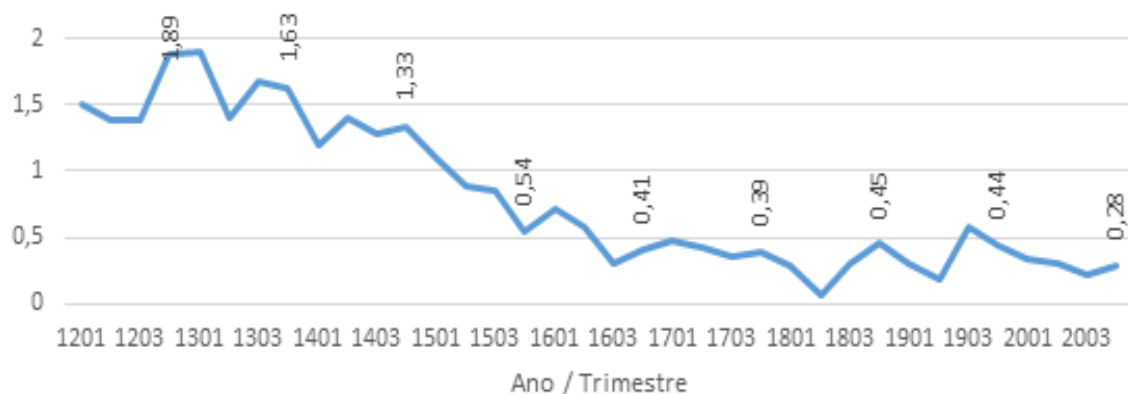
Em setembro de 2020, o Estado de Santa Catarina no 10º lugar em tempo de escola na faixa de 6 a 15 anos com duas horas e 24 minutos em média. Na faixa de 15 a 17 anos o estado está em 9º lugar com duas horas e 29 minutos, incluindo os valores nulos de quem não está nas escolas. Apresentamos os gráficos trimestrais de evasão escolar que segue as tendências nacionais durante a pandemia em diferentes faixas etárias.

**Figura 6 – Taxas de Evasão Escolar de 5 a 9 anos de idade**



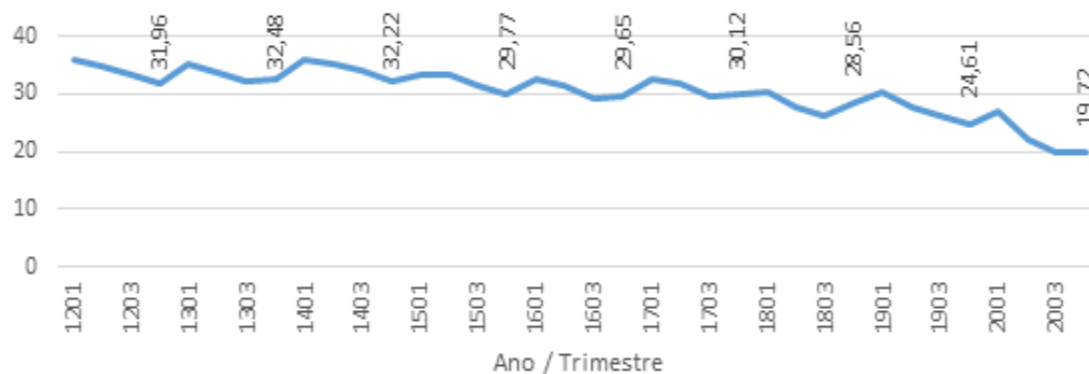
Fonte: FGV Social/CPS através do processamento dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

**Figura 7 – Taxas de Evasão Escolar de 10 a 14 anos de idade**



Fonte: FGV Social/CPS através do processamento dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

**Figura 8 – Taxas de Evasão Escolar de 15 a 19 anos de idade**



Fonte: FGV Social/CPS através do processamento dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

Recebido em 03 de março de 2021 e aceito em 26 de abril de 2021.